

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA/MS**

Tânia Roberta Nunes Rodrigues

**VIOLENCIA SIMBÓLICA: Uma reflexão do conceito de violência simbólica no espaço
escolar**

Paranaíba-MS

2016

Tânia Roberta Nunes Rodrigues

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Uma reflexão do conceito de violência simbólica no espaço escolar

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para licenciatura do curso de Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o. Dr. Carlos Eduardo França.

Paranaíba – MS

2016

TÂNIA ROBERTA NUNES RODRIGUES

VIOLENCIA SIMBÓLICA: Uma reflexão do conceito de violência simbólica no espaço escolar

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do título de licenciatura em Ciências sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Carlos Eduardo França (orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof^o. Dr. Geovane Ferreira Gomes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof^a. Me. Ailton de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Dedico este trabalho para meus familiares que estiveram ao meu lado nos momentos de sua realização, principalmente ao meu esposo e filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo apoio, companheirismo e compreensão. Em especial aos meus pais que estiveram presente ao longo da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à meu esposo e filho pela força, ajudando-me a alcançar meus objetivos e sonhos.

Agradeço à meu orientador Carlos Eduardo França, pela orientação e apoio.

Agradeço à toda família UEMS, colegas de classe, educadores e dentre outros, por terem torcido para a realização deste.

A violência é um fenômeno que repercute de forma generalizada em nossa sociedade e verifica-se que a sua abrangência incide também no ambiente escolar.

Miriam Abramovay

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão teórica, em relação à manifestação da violência simbólica no espaço escolar, de forma a abordar teorias que evidenciam como esta violência é caracterizada, bem como suas causas e consequências. É percebido que a violência simbólica é causada pelo constrangimento que o educador faz seu aluno passar, seja por palavras, seja por gesto. Suas consequências são lastimáveis causam certo bloqueio no aluno no que diz respeito à sua aprendizagem e desenvolvimento. A violência atinge todos os espaços sociais, fazendo com que os indivíduos sejam humilhados, maltratados e constrangidos; ela expressa o poder que umas pessoas julgam ter em relação a outras. Autores como Abramovay (2005), Bourdieu (1989) e outros realizam em suas teorias debates que frisam com mais profundidade tal temática, propiciando assim maior esclarecimento acerca do conhecimento desta. É possível perceber que no cenário educacional existe manifestação da violência de todas as formas, porém o que se necessita é a realização de um trabalho que leve ao respeito mútuo entre educandos/educadores e dentre outros.

Palavras-chave: Violência. Violência simbólica. Educador. Educando.

ABSTRACT

This work aims to make a theoretical reflection in relation to the manifestation of symbolic violence at school, in order to address theories that show how this violence is characterized as well as its causes and consequences. It is perceived that the symbolic violence is caused by the embarrassment that the educator is his student pass, whether by word, or by gesture. Its consequences are pitiable cause some blockage in the student with regard to their learning and development. Violence affects all social spaces, causing individuals to be humiliated, mistreated and embarrassed; it expresses the power that some people believe they are in relation to others. Authors like Abramovay (2005), Bourdieu (1989) and others do in their theories debates that emphasize more depth this theme, thus providing greater clarity about the knowledge of this. You can see that in the educational setting, there is manifestation of violence of all forms, but what is needed is the realization of a work that leads to mutual respect between students /educators and others.

Key words: Violence. Symbolic violence. Educator. Educating.

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 VIOLÊNCIA: reflexões e apontamentos	14
1.1 Compreendendo o conceito de violência.....	14
1.2 O ECA e a LDB: um olhar para os direitos sociais da criança e do adolescente	17
2 VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR	21
3 REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA.....	27
3.1 A Manifestação da violência simbólica na sala de aula	27
3.2 ALGUMAS CAUSAS DA VIOLÊNCIA: breves apontamentos	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre “Manifestação da violência simbólica no espaço escolar” se deriva do fato de ser importante refletir sobre como se manifesta na escola, suas causas e consequências; para assim melhor buscar teorias e atitudes que sirvam para combatê-la.

Vivemos nos dias atuais, num meio social em que a violência a cada dia mais vem se alastrando, alcançando índices alarmantes de ocorrência, dentro dos quais se percebe injustiças, falta de respeito e imposição de poder de uns indivíduos contra outros.

A violência se manifesta sob variadas maneiras na sociedade, podendo assim ser identificada em vários lugares como no lar (violência doméstica), na escola (violência escolar) e dentre outras. As pessoas sofrem violência que atinge seu psicológico, seu físico, seu desenvolvimento, sua vivência. Os maus-tratos vêm desde uma palavra até atitudes lamentáveis como a prática do bullying, do poder simbólico, do assédio e prática sexual não desejada, da negligência no atendimento às vítimas da violência.

No cotidiano escolar, destaca-se dentre outras formas de violência, a simbólica que é aquela em que o professor como autoridade em sala de aula em alguns momentos coage, legitima, humilha seu aluno por meio de palavras e gestos. É ele que sempre detém o poder da palavra, a razão e a autoridade, o que muitas vezes limita o aluno em sua aprendizagem.

Considerando tal incidência da violência simbólica, este trabalho tem como objetivo refletir sob sua manifestação no espaço escolar, a ponto de verificar suas causas, consequências e maneira de ser combatida.

Para realizar esta pesquisa realizamos um estudo bibliográfico, alicerçado em teorias que esclarecem a procedência da violência simbólica no contexto escolar. A pesquisa bibliográfica nos concede conceitos e abordagens que nos auxiliam na discussão teórica.

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos:

Capítulo Um - Violência: Reflexões e Apontamentos: Conceituamos a violência num contexto geral, ou seja, sua manifestação na sociedade.

Capítulo Dois – Violência no espaço escolar: Discutimos acerca da violência que se é introduzida no cenário educacional; suas causas e consequências.

Capítulo Três – Refletindo sobre a violência simbólica na escola: abordamos teorias em que se pode verificar como a esta violência se manifesta no espaço escolar.

Nas considerações finais, tecemos nossos apontamentos acerca de toda a discussão em relação a temática aqui abordada, apontando novos rumos para uma educação sem violência e com mais dignidade para o aluno.

1 VIOLÊNCIA: reflexões e apontamentos

1.1 Compreendendo o conceito de violência

Segundo Marcelos (2009) “[...] A violência é hoje uma das principais preocupações da sociedade. Ela atinge a vida e integridade física das pessoas. É um produto de modelos de desenvolvimento que tem suas raízes na história”. Isso significa que nossa sociedade vive preocupada com as ações violentas que existem em seu interior e que fere o físico e o psicológico do indivíduo.

Para Abramovay (2005, p.3):

A violência é um fenômeno que vem tendo destaque cada vez maior no mundo contemporâneo, sendo cotidianamente discutido, o que leva à necessidade de analisar o contexto em que ele se inscreve. É necessário, principalmente, discutir as práticas individuais e coletivas nas quais este fenômeno tem lugar e o conjunto de normas de convivência instituídas que lhe são subjacentes, uma vez que a violência é ressignificada segundo tempos, lugares, relações e percepções, e não se dá somente em atos e práticas materiais.

Existe na sociedade atual em que vivemos a necessidade da discussão e análise da violência para assim se descobrir a maneira mais eficaz de combatê-la, diminuí-la e assim fortalecer a paz. Ela existe desde muito tempo e acompanha o ritmo de cada sociedade.

De acordo com Arruda (2006, p.91):

A violência não é ocorrência do mundo moderno. Podemos dizer que desde os primórdios da humanidade o fenômeno da violência fez-se presente entre as relações humanas e não diferente nem distante às crianças. São inúmeros os relatórios históricos da existência de atos que hoje entendemos como absolutamente violentos, inclusive previstas em leis ou práticas mediante concordância da comunidade.

Desde tempos atrás existe manifestações da violência. Nossa história é marcada por suas manifestações, ela sempre atingiu e atinge crianças, adultos e idosos. Em conformidade com este dizer está Dias e Brosso (2006, p.34) quando asseveram que:

Apesar de adentrarmos no século XXI e de todas as tentativas de construção de uma cultura de paz, vemos a manutenção de antigas crenças e paradigmas; vemos o agravamento das condições de vida, que submete milhares de famílias à migração e ao achatamento do poder aquisitivo; vemos a deteriorização dos meios de trabalho e a crescente massa sub-empregada e desempregada; vemos doenças físicas e psicológicas geradas pelo estilo de vida estressante que nos é imposto; vemos as

crescentes estatísticas de pessoas submetidas à dependência química; vemos a mídia e a tecnologia ocupando o lugar dos pais e responsáveis no processo de educar, ao invés de serem coadjuvantes; vemos a dificuldade de muitas famílias em vivenciar relações democráticas, de aderir ao diálogo e de estabelecer limites.

Por mais que desejamos e lutamos para vivermos uma cultura de paz, estamos constantemente vivendo sob a influência da violência que está presente em muitas manifestações do nosso cotidiano. Muitas vezes ela impede de dialogarmos uns com os outros, de termos um bom relacionamento e dentre outros.

Tauro e Silva (2008, p.35) dizem que:

Do latim violento a palavra significa força ou agressão extraída do verbo violare, ou seja, transgredir, profanar, tratar com força. Daí podemos perceber o porquê sempre assimilarmos a palavra atos de agressão que afetam fisicamente uma (s) pessoa (s). Porém se refletirmos um pouco veremos que existem atos que não caracterizam-se como violência física (agressão física), mas que se inserem com outros significados.

A palavra violência nos traz o significado de força, transgressão e humilhações, dentre outros. Ela “[...] é uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade. é o atentado direto, físico contra a pessoa cuja a vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outros”. (MARCELOS, 2009, p.1)

Abramovay (2005, p.3) diz em relação à violência:

[...] o ponto de partida é considerar que se trata de um fenômeno complexo e múltiplo e, portanto, sua conceitualização deve ser mais ampla possível. Desta forma, considera-se aqui o conceito de violência em uma perspectiva que abarca múltiplas dimensões. Uma delas, os casos que envolvem danos físicos que os indivíduos podem cometer contra si próprios ou contra os outros. Outra dimensão é o conjunto de restrições, que se dá no plano das instituições e que impede que os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos fundamentais, abrangendo, portanto, as modalidades da violência simbólica e institucional. A terceira dimensão corresponde às incivildades e microviolências, que costumam ser as modalidades de violência mais recorrentes e comuns no cotidiano.

Como se pode perceber o fenômeno da violência é marcada por sua complexidade e multiplicidade, o que amplifica ainda mais seu conceito, abrindo caminhos para várias dimensões. Ela pode ser conceitualizada como a agressão que cometemos com nós mesmos e com os outros. Pode ser o uso abusivo dos direitos que restringem alguns de gozarem de seus direitos de cidadãos e também podem ser as brigas, discussões e outros que fazem parte de nosso dia-a-dia.

Em conformidade com Arent (1998, p.191):

[...] o termo violência pode considerar-se substancialmente sinônimo de força. Ele porém, distingue-se de maneira precisa da noção do poder. O poder é a modificação da conduta do indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria. A violência é a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos. O poder muda a vontade do outro; a violência, o estado do corpo ou de suas possibilidades ambientais e instrumentais.

Violência e poder traz consequências graves para a pessoa. O primeiro causa danos a elas seja físico ou mental; o segundo o faz mudar de comportamento devido a vontade de outros.

Na concepção de Odália (1991, p.18) atualmente a violência,

[...] parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e viver o mundo do homem. Especialmente do homem que vive nas grandes cidades – esses grandes aglomerados humanos se tornam o caldo da cultura de todos os tipos de violência.

As ações violentas estão cada vez mais se manifestando em nosso cotidiano, muitas vezes determinando nossa maneira de enxergar e viver no mundo, de forma especial os que vivem em grandes cidades nas quais mais estão presentes na cultura urbana. Ainda para esta autora,

[...] quando falo em violência, ou quando nós falamos e nos preocupamos com a violência, sua primeira imagem, sua face mais imediata e sensível, é a que se exprime pela agressão. Agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família. (ODÁLIA, 1991, p.18)

Violência sempre nos leva a pensar, imaginar e sofrer com a manifestação da agressão, esta que atinge a nós mesmos, e a quem amamos como família, amigos e entre outros. Marcelos (2009, p.2) ressalta que infelizmente “[...] o sujeito agressivo tem atitudes agressivas para se defender” e isso acaba prejudicando a si mesmo e o próximo.

As ações violentas podem ser caracterizadas quando uma pessoa maltrata a outra com agressões físicas, palavrões, humilhações, imposições de poder e outros. (DIAS; BROSSO, 2006). Para estas autoras, a violência se manifesta de forma física quando se agride uma pessoa em seu corpo físico; de forma psicológica quando se agride o outro de forma simbólica por meio de humilhações; de forma doméstica que ocorre no lar entre pais e filhos e esposa com esposo; de forma de bulling ocorridas no espaço escolar por meio de palavrões xingamentos; de forma de negligência quando não se socorre o outro em suas necessidades. E por falar em atender o próximo quando este necessita, o próximo item mostrará por meio das

disposições do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que nenhuma criança ou adolescente deve sofrer violência, ser negligenciado e discriminado.

1.2 O ECA e a LDB: um olhar para os direitos sociais da criança e do adolescente

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é um documento elaborado para diminuir os atos desiguais existentes na sociedade e fortalecer o relacionamento familiar no Brasil e contribuir para que criança e adolescente vivam num ambiente saudável sem violência e maus tratos.

No Art.3(2002, p.1) este estatuto dispõe que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições dignas de liberdade e dignidade.

A citação acima indica que a criança e o adolescente têm direitos na sociedade, e estes direitos devem ser assegurados pelo governo e pela família que ainda deverão “[...] assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. (ECA, art.4, 2002, p.1)

A prioridade segundo o ECA (parágrafo único, 2002, p.1) é garantida na

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- b) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- c) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com proteção à infância e a juventude.

Tanto a criança como o adolescente devem ser protegida quando assim necessitarem, terem privilégios na destinação de metas e recursos relacionadas ao seu bem-estar. Assim [...] “é assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de

Saúde. Garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde”. (ECA, 2002, art.11, p.3)

A nenhuma criança ou adolescente deverá ser dirigido “[...] qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (ECA, art.5, 2002, p.2)

O que é proposto é que estes “[...] têm direito a proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (ECA, art. 7, 2002, p.2)

No art. 15 (p.3) o ECA diz que “a criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis”. Isso prevê que todos têm o direito de contar com condições dignas e favoráveis para se desenvolverem.

A liberdade que a infância e a juventude devem ter para se desenvolverem, em conformidade com o ECA (art.16, 2002, p.4) compreende:

- I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religiosos;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se
- V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI – participar da vida política, na forma da lei;
- VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

A infância e a juventude devem gozar de sua liberdade ao conviver socialmente e exercer sua cidadania, assim devem ser livres para pensar, opinar, seguir uma religião, escolher como brincar e esporte que quiser praticar e entre outros.

Vê-se que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças”. (ECA, art.17, 2002 p.4) O respeito para com a criança e o adolescente é uma forma de preservar sua imagem, sua maneira de ser, seu jeito de agir e pensar.

Torna-se assim “[...] dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (ECA, art. 18, 2002, p.4)

Todo individuo “[...] tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária.”. (ECA, art. 19, 2002, p.4)

É visto que “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.” (ECA, 2002, p.11). Nas instituições escolares devem ser valorizadas todo tipo de expressão, criação e imaginação do aluno.

A “criança e adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (ECA, art.71, p.13). Isso significa que ambos devem poder se informar, expressar-se culturalmente, divertir, praticar esportes e realizar várias outras atividades que contribua para seu desenvolvimento.

A infância e a juventude nas atribuições do ECA (art. 87, 2002, p.16) contam com a política de atendimento, cujas as linhas de ação são:

- I- políticas sociais básicas;
- II- políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV- serviço de identificação e localização de pais, responsável criança e adolescente desaparecidos;
- V- proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Os itens acima visam o cuidado e o zelo da criança e do adolescente em pleno exercício de seu desenvolvimento, contribuindo para sua formação moral e profissional.

Ainda para o ECA (art. 90, 2002, p.17) as entidades de atendimento à criança e ao adolescente devem planejar e executar ações de proteção e sócia-educação com:

- I- orientação e apoio sócio-familiar;
- II- apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III- colocação familiar;
- IV- abrigo;
- V- liberdade assistida;
- VI- internação.

É interessante e necessário o planejamento e a execução de medidas que protegem o indivíduo, porém isso só é possível com o apoio que estes dão aqueles que necessitam.

É possível observar que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. (LDB, art. 6, 1996, p.6)

Toda criança e adolescente na concepção da LDB art. 205 (1996, p.10) tem direito a educação:

A educação, direito e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para as crianças e adolescentes é reservado o direito de se educarem, tendo o incentivo de seus familiares e do Estado, pois com ela poderá se desenvolver plenamente com o indivíduo, podendo ter um preparo para exercer sua ação de cidadãos e se qualificarem para realizar atividade remunerada.

Para tal legislação, (art.206, p.10-11) a educação deve ser com base na:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei;
- VI- Gestão democrática do ensino público;
- VII- Garantia de padrão de qualidade;
- VIII- Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública.

É necessário seguir todos estes princípios, propiciando aos alunos a oportunidade de se desenvolverem de forma igualitária com respeito às suas diferenças e limites. Ao professor deve ser direcionada toda valorização que este merece.

Vimos que o ECA e a LDB vem assegurar que a infância e a juventude independente de qualquer diferença, devem ser cuidadas, amadas e amparadas pelo seu governo e pela sua família, convivendo num ambiente digno, saudável e harmonioso, longe de qualquer manifestação de violência.

2 VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

A escola em sua função protetora, precisa configurar-se cada vez mais como uma instancia de educação para os valores da modernidade, combatendo por todos os meios educativos ao seu alcance e caminhando *pari passu* com a família e responsáveis pelas crianças, adolescentes e jovens, todas as formas de discriminação que podem comprometer não apenas a qualidade da formação e da educação oferecida, como pode colocar em risco o futuro itinerário do aluno.

Miriam Abramovay

Vimos no capítulo anterior que a violência é manifestada por diversificadas formas, invadindo diferentes tempos e espaços, fazendo da sociedade um espaço de tensões, medos e indignação. A escola sendo uma instituição social também a manifesta, pois esta “[...] é um fenômeno que repercute de forma generalizada em nossa sociedade e verifica-se que a sua abrangência incide também no ambiente escolar, o que se constitui em uma problemática que tem ganhado grande visibilidade” (ABRAMOVAY, 2005, p.4).

É asseverado que “[...] no passado, as análises recaiam sobre a violência do sistema escolar, especialmente por parte dos professores contra os alunos (punições, castigos corporais)” (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p.21). A violência pode ser cometida por educadores em relação aos seus educandos, quando os punem, e os castigam.

Segundo Cano (2003, p.11):

A violência nas escolas manifesta-se de múltiplas formas. Em algumas ocasiões, ela pode decorrer das relações típicas entre os atores escolares, como, por exemplo, a violência cometida por professores contra os alunos ou vice-versa, mais comumente, a intimidação que os alunos mais fortes exercem sobre os mais fracos.

Nas escolas, a violência se faz por muitas maneiras, um aluno pode agredir o outro, o professor pode agredir o aluno seja por palavras ou atitudes, aluno pode agredir o professor, ou seja, ela sempre é cometida por alguém que se julga ser mais forte que o outro.

Na concepção de Casimiro (2008 s/p):

Todo e qualquer esforço no sentido de entender ou identificar as razões que promovam tamanha violência nas escolas, passa necessariamente por uma análise conjuntural da sociedade onde a escola está inserida, prioritariamente no tocante aos aspectos históricos, econômicos, culturais e de produção, sendo estes os constituintes de toda a base da matriz geradora de todos os conflitos, disparidades, interesses conflitantes e toda série de agressões a que estão submetidos os agentes no processo de fazer educação na nossa sociedade e na nossa escola.

Infelizmente a violência nas escolas é fruto de sua relação com outros meios sociais, acompanhando a história, a economia, a cultura, os conflitos, as ações agressivas que de forma direta ou indireta repassa isso para os alunos.

Abramovay (2010 p.4) diz que:

Cada vez mais, tem se constatado que as escolas – espaços propícios aos processos de socialização e integração social – vem tendo que administrar os conflitos gerados por diferentes formas de violência. Nas escolas, identifica-se que os episódios violentos que ocorrem não restringem aos crimes e delitos previstos no Código Penal, mas abrange dimensões do cotidiano e dos relacionamentos sociais entre alunos, professores, diretores, pais e demais adultos que participam da comunidade escolar.

Como vimos, muitas vezes a escola deixa a desejar pois deveria socializar e integrar o aluno e não ser administradora de ações conflituosas e atos violentos que vem prejudicar o bom relacionamento de toda equipe escolar. A boa convivência é essencial para a integração e socialização do aluno, a violência se mostra contraria a isso.

Para Charlot (2002, p. 434):

A violência na escola é aquela que se produz inicialmente dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Pode-se, contudo, perguntar-se porque a escola, hoje, não está mais ao abrigo das violências que outrora se detinham nas portas da escola.

A violência escolar antes era iniciada nos portões da escola, hoje, ela “[...] assusta o maior número de alunos, professores e funcionários” (DUARTE, 2010, p.9). O que se pode perceber é que se antes a violência na escola se iniciava no portão, agora ela é rotineira no interior desta.

Pode-se perceber que “[...] as escolas se tornaram em local de medo e insegurança, provocado pelos próprios estudantes e uma providencia deve ser tomada no sentido de erradicar esse mal de nossa sociedade” (DUARTE, 2010, p.9). A violência neste espaço deixa os alunos e professores amedrontados e inseguros.

Nesse sentido, Abramovay (2010, p.27) afirma que:

[...] a escola deixou de ser um espaço protegido e tornou-se um local que se reproduz as violências que acontecem na nossa sociedade, em nível macro, e ao mesmo tempo, devido as suas especificidades como instituição, fomenta e constrói múltiplos e variados tipos de violência. A escola pode ser vítima, mas também autora de processos violentos.

Quando existe atos de violência na escola, ela deixa de proteger o aluno e passa a reproduzir ações brutais das mais variadas formas. Tais ações fazem dessa instituição tanto uma vítima como a autora, ou seja, ela pode ser causa ou consequência.

De acordo com Abramovay (2012, p.11):

As violências nas escolas constituem um fenômeno preocupante. De um lado, pelas sequelas que infligem aos atores envolvidos – os que praticam, os que sofrem e os que testemunham. De outro, porque contribuem para destituir a escola de sua condição de lugar de socialização, de aquisição de conhecimento, de formação humana. No processo ensino-aprendizagem, os alicerces principais deveriam ser a ética e a comunicação pelo dialogo, antíteses da violência.

O fenômeno da violência preocupa, pois quem sofrem as consequências que por sinal não são boas, são seus praticantes, suas vítimas e suas testemunhas. Além do mais, este fenômeno mostra uma escola que não mais socializa, que não forma o ser humano e não auxilia no conhecer.

Abramovay (2012, p.4) diz também que:

O problema da violência nas escolas tomou novas proporções não só no Brasil, como também no mundo, tornando-se um fenômeno globalizado e passando a ser

objeto de atenção da mídia, de pesquisadores e de atores políticos, devido aos contornos e às proporções que vem assumindo. O tema “violência nas escolas” tem suscitado diversos estudos e pesquisas que por meio de olhares e focos distintos, permitem constatar as dificuldades do sistema educacional em enfrentar as múltiplas dimensões deste fenômeno.

A violência no meio escolar é preocupação e alvo de discussão de cunho nacional e internacional, muitas são as teorias que focalizam as diferentes dimensões em que está se apresenta na sociedade e na escola.

É salientado por Abramovay (2005, p.4) que,

[...] nos estabelecimentos de ensino, a violência não é vivenciada apenas como atos de agressividade, e sim como o modo habitual e cotidiano de relacionamento, de tratamento com o outro. Desta forma, o fenômeno passa a ser institucionalizado, comum, banalizado, caracterizando formas de agressão que, muitas vezes, são invisíveis aos olhos da comunidade escolar, mas que, apesar disso, podem ferir profundamente aquele que é vitimado, contribuindo para o surgimento de um sentimento de insegurança e impotência no ambiente escolar.

No meio escolar a violência é vivenciada na agressão, na maneira cotidiana de se relacionar e tratar outra pessoa. Ela muitas vezes não é vista por ninguém, mas isso não quer dizer que não exista. As feridas causadas por ela são tantas que deixam suas vítimas inseguras e impotentes.

Abramovay e Rua (2003, p.27) vem salientar que:

A escola é questionada por não preparar o aluno para o mercado de trabalho, por perda de qualidade e centralidade como fonte de conhecimento sobre as humanidades e transmissoras do acervo civilizatório e por não corresponder à expectativa de abrir possibilidades para um futuro seguro aos jovens.

Vê-se que a instituição escolar ainda deixa a desejar em relação ao preparo dos educandos frente à realidade que vivem ou terão que se aperfeiçoar futuramente. Infelizmente ainda não possibilita a juventude a ter com segurança expectativas de um futuro melhor.

Na concepção de Dias e Brosso (2006, p.34) para aqueles alunos que sofrem violência no lar,

[...] a escola pode ser um refúgio para permanecer em segurança, mas também pode ser um espaço para estabelecer outras relações violentas, reproduzindo com colegas, professores e demais profissionais diálogos hostis e agressividade. Isso porque cada vítima responde de modo particular, e até mesmo oposto, independentemente da forma de violência a que é exposta.

Muitos alunos quando vão para a escola já são vítimas de algum tipo de agressão no lar, nas ruas. Em vez de apenas refugiar esse aluno, ela acaba estabelecendo atos violentos por parte de toda comunidade que ali se apresenta.

Dias e Brosso (2006, p.34) defendem que:

[...] os profissionais da educação devem estar presentes no cenário educacional da responsabilidade e do debate sobre o fenômeno: de conhecerem os preceitos legais, de promoverem discussões nas escolas (seja entre profissionais ou envolvendo famílias); de buscarem conhecer a rede de serviços disponíveis em seus municípios; de se articularem com os órgãos e programas de proteção; de buscarem assegurar a possibilidade de efetuarem a denúncia sob anonimato e/ou sigilo para a garantia de sua integridade e para evitar represálias; de buscarem reconhecer os possíveis sinais emitidos por crianças e adolescentes vítimas, equacionando dúvidas e fundamentando suas suspeitas.

Os profissionais que atuam na escola têm o dever de sempre debater sobre as ocorrências da violência no cenário escolar, social, tal debate leva ao conhecimento e auxílio de tudo que se realiza em defesa da integridade física e mental do educando, garantindo assim uma vivência com dignidade.

Abramovay (2010, p.12) aborda que:

Na escola pode se desenvolver, dependendo de sua qualidade como instituição educadora, as aprendizagens fundamentais aos cenários de cidadania pelos quais lutamos e que se resume em assegurar aos educandos as oportunidades de se enriquecerem culturalmente, fazendo uso ético dos conhecimentos adquiridos, de forma que crianças, adolescentes e jovens tenham na instituição escolar um ponto de referência para projetarem uma vida digna que valorize e respeite a diferença e a diversidade.

Na instituição escolar pode ser desenvolvida práticas educativas que levem os alunos a conhecerem seus direitos como cidadãos, conhecer as atitudes éticas, a importância de viver dignamente, se enriquecer na cultura ao seu redor; valorizar e respeitar as diferenças.

A escola “[...] é considerada como instituição privilegiada para a formação de crianças, adolescentes e jovens, segundo uma perspectiva cidadã e democrática, na qual as relações que se estabelecem entre os sujeitos têm papel determinante” (ABRAMOVAY,

2012, p.15). Nesta instituição o aluno deve ter boas perspectivas de um futuro alicerçado na cidadania e democracia.

Para Corti (2005, p.16)

O debate sobre violência escolar costuma ser bastante envolvente e até mesmo apaixonante. Todo esse calor, em geral, provoca uma indignação e comoção diante de uma violência que estaria ameaçando e manipulando o caráter sagrado e pacífico da escola. Como se a escola fosse, uma ilha de paz.

É sempre envolvente e apaixonante debater sobre a violência na escola, apesar de significar uma postura de indignação e comoção diante dos atos violentos que manipula o caráter desta instituição.

Para Koehler (2009, s.p) muitos

[...] dos alunos que cometem atos violentos estão submetidos a circunstância e ambientes vulneráveis, isto é, favoráveis a (s) violência (s). Reprimir, punir, castigar sem diálogos, sem regras claras, sem o compartilhamento de todos os atores da escola é descuidar da educação. Cuidar da educação é educar para a paz. Abrir espaços, investigar no ambiente escolar, nas boas relações baseadas em vínculos afetivos no diálogo, no respeito mútuo e nos princípios de justiça. É conclamar a família, a comunidade, apoiar, incentivar e/ou chamar o diretor que, enquanto líder de uma comunidade escolar, precisa de uma ajuda em suas tarefas de direção tais como sensibilizar, mobilizar, articular, integrar, negociar visando à unidade e a participação coletiva da comunidade que frequenta e necessita da escola.

Quando chega à escola, os alunos trazem consigo marcas vividas de seu cotidiano, dentre estas pode estar à violência. É nessa hora que neste local ele precisa encontrar apoio, incentivo e participar de ações que sensibilizem e mobilizem a união de todos contra atos violentos. É necessário ainda acabar com a repressão, punição e castigos neste local, isto não é favorável para uma educação de qualidade.

Como vimos à violência no espaço escolar, não é simplesmente mais um índice, mas se configura numa realidade sombria, assustadora e lastimável. Ela faz com que o aluno presencie um ambiente de falta de respeito com o próximo, crueldade, intolerância às diferenças de cada um. Isso é só aumenta a dificuldade de aprendizagem no educando, falta de interesse, sofrimento, podendo causar até mesmo a depressão e dentre outros.

3 REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA

3.1 A manifestação da violência simbólica na sala de aula

Refletir sobre a violência simbólica de professores contra seus alunos, é sumamente importante, admitindo que muitas vezes ela existe mas fica silenciosa somente entre quem a pratica e quem a sofre, pois acontece dentro da sala de aula, local destinado à ambos.

Em conformidade com Bourdieu (1989, p.15):

O poder simbólico, poder subordinado é uma forma transformada, quer dizer que, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras forma de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante verdadeira transsubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos sem dispêndio aparente de energia.

A afirmação acima revela que o poder simbólico, é aquele que subordina e legitima as relações sociais, transformando-as em imposição de poder nas formas de comunicação que acaba se configurando em violência.

Bourdieu (1989, p.14-15) assevera que:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma illocutionary force, mas que se define numa determinada – e por meio desta – entre os que os exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, pode manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Como se percebe o poder simbólico concretizado na enunciação de uma forma de ver e compreender o mundo impõe certo autoritarismo nas palavras capazes de coagir o outro. Assim “[...] os sistemas simbólicos devem sua força ao facto de as relações de força que neles

exprimem só se manifestarem neles uma forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação) (BOURDIEU, 1989, p.14)

Ainda é ressaltado por Bourdieu (1989, p.12) que:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção.

O poder simbólico é produzido na luta interna entre as classes, no qual servem de apoio aos interesses de seus produtores “[...] sendo instrumentos de dominação estruturantes, pois estão estruturados, reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica” (BOUDIEU, 1989, p.12)

A classe dominante é aquela que sempre detém o poder das palavras, e na concepção de Bourdieu (1989, p.12) é também,

[...] o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação que por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem de interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detém por delegação; a fracção dominada.

Aquele que faz parte da classe dominante usa seus dominados por simples interesse em fazer valer seu poder simbólico, tirando vantagem de tudo que faz parte da vida social.

Em relação a isso, Camacho (apud CRISTINA; POLIANA, 2010, p.93) assevera que a violência simbólica se faz como “[...] práticas constantes de violência física, verbal e com outras formas de manifestação, como segregação, exclusão, indiferença, estas últimas ficando geralmente disfarçadas ou mascaradas”. Na sala de aula, o aluno pode sofrer violência que atinge seu físico, seu psicológico, sendo segregados, excluídos, e considerados indiferentes.

Segundo Gomes (apud ABRAMOVAY, 2010, p.187) “[...] relações baseadas no preconceito e na discriminação são também repetidas e reformuladas nas escolas”. Infelizmente a escola é um local que vitimiza o aluno com ações preconceituosas e discriminatórias.

A violência simbólica “[...] trata-se de uma relação de poder que impõe um conjunto de valores ao conjunto da população envolvida” (SANTOS, apud CRISTINA; POLIANA, 2010, p.94). Tal violência se concretiza na imposição de poder alicerçada num conjunto de

regras de um contra o outro. Quem detém o poder é o professor que manda e impõe ao aluno várias regras que pode agredi-lo de alguma forma.

Marcelos (2009, p.4) diz que a violência simbólica “[...] é a violência que a escola exerce sobre o aluno quando o anula da capacidade de pensar e o torna um ser somente de reproduzir”. Isso quer dizer que esta submete o aluno a reprodução de conhecimento, anulando sua possibilidade de pensamento.

Abramovay e Rua (apud MARCELOS, 2009, p.4) salientam que:

A violência simbólica é mais difícil de ser percebida ... porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõe conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento.

A afirmação acima evidencia que a violência simbólica contra jovens estudantes, é concretizada quando a estes são negados caminhos que os levem a desenvolver sua criatividade e exercícios de lazer, e ao mesmo tempo impostos conteúdos desvinculados de sua realidade, explicações insuficientes, humilhações por palavras e entre outros.

Ensinar os alunos por meio de conteúdos desvinculados de sua realidade não é satisfatório para a aprendizagem, pois como aponta Paulo Freire (apud ABRAMOVAY, 2010) o ensino não deve ser simplesmente reprodução ou transmissão do saber, deve existir ali também a relação dos envolvidos em relação ao que irão aprender; resumindo as interações sociais neste ambiente possuem relevância para uma educação de qualidade e amenizar índices de violência simbólica.

Diferentemente do que se concretiza a violência simbólica na sala de aula, as relações entre professor e aluno devem ser marcadas pelo mutuo interesse, respeito e crítica. (ABRAMOVAY, 2010). Ainda para esta autora,

As relações e interações que acontecem no ambiente escolar não são, em absoluto, inteiramente classificáveis como conflituosas e harmoniosas. São, ao contrário, múltiplas e multifacetadas: uma mesma relação pode ter aspecto de conflito e amizade, ser negativa e positiva. (ABRAMOVAY, 2010, 32)

No interior da escola as relações e interações entre alunos e professores são marcadas por ações contraditórias que satisfazem ou não ambos. Conflitos e harmonia simultaneamente revezam sua existência, deixando possível interrogação nos acontecimentos futuros.

Abramovay (2005, p.7) defende que a violência simbólica pode se materializar,

[...] nas relações interpessoais que se estabelecem na escola, tendo como elementos definidores a coerção – um instrumento utilizado para sedimentar uma interação que se apoia na submissão e na dominação, cujo foco está em quem detém a posse do poder – e o dano provocado a um indivíduo ou grupo social, seja, no que se refere a integridade física, ao que lhe pertence, à maioria se inscreve no mundo simbólico e cultural, produzindo efeitos a dor, o medo, a insegurança e o sentimento de impotência.

No ambiente escolar as relações se dão entre o dominador que é o detentor do poder e o dominado que vive em condição de submisso. Este último passar a ficar amedrontado, inseguro, impotente e com dor, pois é ferida sua integridade física, seu psicológico e dentre outros.

Tal violência “[...] é caracterizada pelo conflito de gerações, pela desconsideração da cultura juvenil, pela falta de abertura ao diálogo, pela baixa expectativa em relação aos jovens e o seu futuro e pelo questionamento da autoridade” (ABRAMOVAY, 2005, p. 8)

As relações sociais na escola, segundo Abramovay (2005, p.8):

Constituem- se como pano de fundo para a ocorrência de atos violentos. Neste contexto, o papel do professor pode ser visto de duas formas: primeiramente, é necessário admitir que, de certa forma, prevalece entre alunos e professores um modo de relacionamento que é essencialmente conflituoso, uma vez que, de um lado, os alunos questionam a autoridade do docente e assumem comportamento de embate e desafio em relação ao mesmo e, de outro, os professores relutam em valorizar a cultura juvenil presente na escola e assumem posturas que sedimentam a prática da violência institucional dentro dela, utilizando-se de instrumentos e estratégias de poder que marginalizam os alunos.

O convívio entre professores e alunos configura em oportunidade para a violência de um contra o outro, pois não há aceitação do jeito de ser e aprender dos alunos e também não há aceitação de que o professor tem a voz. Assim o clima entre ambos se torna violento quando na verdade deveria ser de amizade e confiança, laços estes que vem possibilitar a prevenção da violência neste espaço.

Ao se falar em convívio entre aluno e professor, bem como a violência simbólica do segundo para o primeiro, merece destaque a indisciplina na sala de aula que de forma direta ou indireta também é influenciada por esta violência. A indisciplina pode advir dos momentos em que o educador humilha seu aluno, cometendo com ele injustiças e até mesmo envergonhando-os. (AQUINO, 1996).

Constantemente “[...] assistimos nas escolas uma convivência curiosa entre a clássica verborragia acerca da inocente imaturidade infantil, bem como da bondade professoral e um

leque variado de decisões docentes arbitrárias e caprichosas” (AQUINO, 1996, p.30). Na escola as atitudes dos educadores muitas vezes estão alicerçadas na arbitrariedade e no capricho, não importando com o sentimento do aluno que por sua vez pode se tornar indisciplinado.

D Antola (1989) diz que a instituição escolar, por instrumentalizar o poder, conduz seus alunos a indisciplina, já que traz no seu interior, ou seja, na sala de aula, ações discriminatórias e preconceituosas e as desigualdades sociais e com isso não auxiliam muito na disciplina dos indivíduos. É necessário que o educador não ignore as diferenças entre os alunos e a maneira de aprender de cada uma, assim não pode ser apenas um depósito de conhecimentos e detentor do poder.

A autoridade do educador deve ser utilizada de uma maneira eficaz, pois de acordo com D Antola (1989, p.53):

[...] quanto mais confiança os alunos tiverem no professor, enquanto autoridade que dirige um curso produtivo, que pode manter a disciplina, que tem bom domínio do conhecimento, mais confiança os alunos terão nas intervenções do professor, o qual deve utilizar a autoridade dentro dos limites da democracia.

Ter autoridade na sala de aula tem seu lado positivo, porém esta deve ser democrática e produtiva, na qual os alunos confiem em seus educadores e juntos construam o saber. Em outras palavras “[...] a relação entre autoridade do professor e clima democrático vai ser diferente para cada grupo de alunos, cada situação nova necessitará de ajustes” (D ANTOLA, 1989, p.53)

De acordo com Paulo Freire (1987) o professor julgando ser o agente principal da educação, deposita conhecimentos no aluno, este que tem que memorizar de qualquer forma os conteúdos transmitidos, sem ao menos poder desenvolver sua criatividade e participar do processo ensino-aprendizagem; o aluno passa a ser excluído sofrendo por se considerar pouco importante na sua própria educação. Isso leva a ocorrência de ações indisciplinadas na qual os alunos tentam chamar atenção de alguma forma, já que são utilizados na maioria das vezes como depositários de conteúdo.

Nessa mesma linha de pensamento Aparecida e Rebelo (2011, p.49) citam que:

Assim, o aluno com cultura diferente da transmitida na escola, sentindo-se excluído, sem espaço para pronunciar o seu mundo, é levado a acreditar que existe apenas uma maneira correta de se viver, que não é a sua. Com isso, a sua identidade e perspectiva de um futuro melhor diminuem e, não tendo nada mais a perder denuncia a discriminação da qual é vítima por meio de atitudes incômodas entendidas por essa concepção como indisciplina.

Muitas vezes o aluno não consegue suportar ser excluído, discriminado e retirado de sua realidade e modo de viver, passando a se rebelarem por meio de atitudes que incomodam e prejudicam o ensino-aprendizagem. Assim a indisciplina cometida por esses alunos acabam sendo responsabilidades apenas deles, mais uma vez sofrendo tamanho descaso.

O educador, na concepção de Paulo Freire (1987, p.79) deve amar e respeitar quando for educar, dialogando sempre com seu educando,

[...] pois é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não podendo reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Ao dialogar professor e aluno podem desenvolver a reflexão acerca da realidade e das necessidades dos alunos, visando que estes possam se transformar, sabendo compreender e agir o mundo a sua maneira. Ao dar mais liberdade ao aluno, as possibilidades de aprendizagem são mais satisfatórias.

Como podemos observar, a violência no espaço escolar infelizmente é uma realidade que prejudica suas vítimas e o processo ensino-aprendizagem. Esta deve ser enfrentada na escola por meio de discussões, orientações e respeito ao próximo.

3.2 ALGUMAS CAUSAS DA VIOLENCIA: breves apontamentos

As discussões levantadas até aqui nos permitem apontar que a violência afeta de forma diversificada a vida das pessoas, seja em casa, na rua ou na escola. Isso nos faz questionar alguns fatores que causam atos violentos, afinal quais são eles?

Podemos começar questionando acerca das desigualdades sociais que segundo Araújo e Bridi (2013, p.15):

[...] constituem em diferenças de acesso de indivíduos e grupos sociais aos bens materiais, a direitos e recompensas que a vida em sociedade propicia, como o direito a serviços de saúde e a compensações salariais por trabalho executado. Ou seja, as desigualdades sociais estabelecem hierarquia, determinam quem tem maior ou menor acesso a bens, serviços, direitos. Muitas vezes, se valem das características físicas e étnicas, justificando-as pela Biologia e omitindo seu caráter social, para reafirmar diferenças, como quando provocam discriminação social e preconceitos contra mulheres ou negros. Portanto, as desigualdades estão além da questão da

posse de bens e da dimensão meramente econômica e jurídica, uma vez que envolvem outras esferas da vida social.

A afirmação acima nos diz que as desigualdades sociais são constituídas pelas diferenças na acessibilidade dos indivíduos em relação ao suprimento de suas necessidades, se valendo também de atos discriminatórios e preconceituosos contra às questões de sexo, raça e cor.

Araújo e Bridi (2013, p.15) asseveram ainda que:

Há diversidade e desigualdade nos tipos de moradia em diferentes bairros e nos meios de transporte que a população utiliza rotineiramente. Também são diversas as instalações físicas das escolas e as condições de ensino das pequenas e desiguais grandes cidades. Da mesma forma, os trabalhos que realizam, sua remuneração e acesso ao consumo são diferentes e produzem ou reforçam a desigualdade.

Os indivíduos convivem com as desigualdades sociais em seu bairro, na hora de utilizar o transporte, nas escolas das periferias, em algumas atividades remuneradas. Isso pode levá-lo “[...] uma situação de carência absoluta de condições básicas de sobrevivência” (MARCELOS, 2009, p.1).

Segundo Tomazi (2010, p.19):

Entender a sociedade em que vivemos significa saber que há muitas diferenças e que é preciso olhar para elas. É muito diferente nascer e viver numa favela, num bairro rico, num condomínio fechado ou numa área do sertão nordestino exposta a longos períodos de seca.

Ao vivermos em sociedade devemos entender que existe diferentes formas de viver, sobreviver e permanecer, e que isso nos remete a condições de violência já que muitos tentam de tudo para melhorar de vida ou até mesmo não ser tratado com discriminação ou preconceito.

Para Araújo e Bridi (2013, p.21):

A desigualdade social está presente em todo mundo. No Brasil, por exemplo, enquanto alguns cidadãos têm acesso a moradias seguras e a condições dignas de sobrevivência, outros de vêem forçados a morar em regiões sujeitas a enchentes, correndo o risco de terem suas casas inundadas e seus pertences destruídos.

De fato, é de caráter mundial o problema da desigualdade social. Em se tratando dos brasileiros, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que uns vivem confortável e dignamente, outros estão sujeitos a falta de segurança, correndo o risco de perderem seus pertences a enchentes.

Araújo e Bridi (2013, p.21) ainda considera que:

Por ser considerada injusta e desumanizadora, a desigualdade tem sido criticada e combatida em diversas instancias da sociedade. Ela se apresenta nas situações do cotidiano, como nas relações em que a classe trabalhadora se encontra subordinada ao capital, e também nas relações de gênero, como a histórica opressão masculina, em tempos e sociedades diversas. Há desigualdade também nas relações entre as diferentes etnias, principalmente na exploração dos europeus do século XIX sobre os latino-americanos, asiáticos e africanos; ou ainda na dominação dos Estados Unidos sobre os países da América Latina no século XX.

Como se vê, a desigualdade social sofre críticas e combates pelo fato de cometer injustiças e realizar coisas desumanas. Ela leva o indivíduo a ser subordinado pelo capital, a sofrer discriminação, exploração e dominação, já que “[...] as múltiplas expressões da desigualdade revelam o fenômeno da dominação social” (ARAÚJO; BRIDI, 2013, p.21)

Tomazi (2010, p.67) observa as:

[...] desigualdades sociais em todos os lugares, todos os dias. Basta sair às ruas para notar as diferenças entre as condições de vida das pessoas e verificar que um pequeno número delas desfruta de muitos privilégios. Essas diferenças aparecem, de imediato, em elementos materiais, como a moradia, as roupas, os meios de locomoção. Mas elas também se manifestam no acesso a educação e aos bens culturais, os chamados bens simbólicos.

As desigualdades sociais não escolhem lugar e nem dia. Ao sairmos nas ruas temos a oportunidade de ver que uns gozam de mais privilégios que outros sejam no aspecto material, educacional ou cultural. Assim elas “[...] no dia-a-dia pelos contrastes entre a riqueza e a pobreza, que podemos constatar com nossos próprios olhos ou mediante as estatísticas e os meios de comunicação” (TOMAZI, 2010, p.67)

É constatado por Tomazi (2010, p.72) que “[...] a pobreza é a expressão mais visível das desigualdades em nosso cotidiano. Ao longo da história, ela recebeu diferentes explicações, muitas das quais ainda permeiam nosso entendimento”. Isso significa que a pobreza é a que mais expressa visivelmente as desigualdades.

A pobreza, segundo Tomazi (2010, p.86) diz que a pobreza,

[...] não se traduz só em fome e miséria, mas também em condições precárias de vida, de habitação, de educação, enfim, em uma situação desumana, particularmente quando se sabe que a produção agrícola e industrial e o setor de comércio e serviços tem crescido de maneira expressiva em nosso país, demonstrando que a sociedade produz bens e serviços e riqueza, mas elas não são distribuídas de modo que beneficiem a todos os brasileiros.

A condição de ser pobre além da sujeição a passar fome e viver na miséria, é evidenciada a viver com precariedade e não ter os benefícios cabíveis oriundos do setor econômico e agrícola que cresce cada vez mais em nosso país.

Na visão de Tomazi (2010, p.76):

As questões que envolvem propriedades, renda, consumo, educação formal, poder e conhecimento, vinculadas ou não, definem a forma como as diferentes classes participam da sociedade. Observadas diretamente ou pelos meios de comunicação, as desigualdades nas sociedades modernas, sejam estas desenvolvidas ou não, são incontestáveis, expressando-se na pobreza e na riqueza.

Percebe-se que as distribuições de bens e riquezas são diversificadas e introduzem assim a riqueza e a pobreza, na qual a primeira tem mais privilégios que a segunda.

Na concepção de Tomazi (2010, p.19) as desigualdades na modernidade se concretizam:

- na apropriação da riqueza gerada pela sociedade, expressa normalmente pela propriedade e pela renda, mas que aparece também consumo de bens;
- na participação nas decisões políticas, manifestando-se pela maior ou menor poder que os indivíduos e grupos tem de decidir, ou forçar decisões a favor, deter o poder econômico na sociedade;
- na apropriação dos bens simbólicos, que se expressa no acesso à educação e aos bens culturais.

As ações desiguais decorrem da diferença em se apropriar de algo, em participar de algumas decisões, levando a momentos de atos violentos das mais variadas formas. Assim é percebido que “[...] a desigualdade social existe no Brasil favorece a violência em suas mais diversas manifestações” (SILVA, 2011, p.3)

Diante de tudo que foi discutido, podemos perceber que as desigualdades sociais provocam certo desconforto mundialmente, porém é uma realidade triste cruel que condiciona a atos violentos, devido às condições privilegiadas que uns vivem em relação a outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas no decorrer deste trabalho nos fazem entender que cada vez mais se torna importante estudar, debater, investigar e refletir acerca da violência existente na sociedade, esta que invade cotidianamente nossos lares, nossas ruas, nossos espaços sociais e escolares.

Os atos de violência são vistos todos os dias nos meios de comunicação, seus índices alarmantes revelam cada dia mais uma sociedade marcada pela violência, pelo medo, pela injustiça e pela falta de condições dignas para viver.

Pode-se considerar que a prática da violência é o mesmo que humilhar, constranger, coagir, abusar, maltratar, explorar e negligenciar. Enfim todos os danos físicos e psicológicos que uma pessoa causa a outra considera-se violência.

A violência que ocorre no lar é conhecida como violência doméstica; a que ocorre nas escolas é conhecida como violência escolar (bullying, agressões físicas, psicológicas, simbólica); a que não defende e cumpre os direitos para com os indivíduos é a negligência; dentre outros. Assim, o ato agressivo pode ser manifestado de várias maneiras, em diferentes locais, atingindo, criança, adolescente, adulto, idoso; enfim atingindo toda sociedade em geral.

Em se tratando da violência simbólica no espaço escolar, vimos que esta não possibilita que o aluno tenha liberdade para expor suas ideias a sua maneira, o diálogo entre professor e aluno fica limitado, pois a autoridade é do educador e este muitas vezes julga ser ele o único dono da razão. Maltratar o educando em seu ambiente de aprendizagem, privando-o de certos esclarecimentos, levando à um ambiente de constrangimento, vergonha e medo, são atitudes que alicerçam a violência simbólica e que se faz presente na sala de aula, prejudicando o desenvolvimento do educando, sua interação, sua comunicação e seu convívio com os outros.

É preciso buscar novas atitudes, novas posturas, em que possa estar presente na sala de aula, o diálogo, o respeito mútuo entre professor e aluno; a aceitação das diferentes opiniões e diferentes maneiras de aprender; entender quando for possível que muitas vezes a ação do aluno deriva de seu cotidiano, ou seja, o que ele vive no eu dia-a-dia, e que nem sempre favorece ao seu desenvolvimento na escola, no lar e na sociedade.

Assim sendo, o educador deve estabelecer na prática cotidiana da sala de aula, a oportunidade do educando compreender o mundo a sua volta, as causas e as consequências dos fenômenos que os cercam, bem como a busca por possíveis soluções destes. Educador e

educando são peças centrais no processo ensino-aprendizagem, devendo assim ter uma relação amigável, respeitosa de ambas as partes, de cuidado, de zelo e de confiança.

Portanto, urge cada vez mais, a necessidade de mais estudos e debates em relação ao tema da violência e suas manifestações na sociedade, pois é a busca constante de soluções e conscientizações que fazem dos problemas uma oportunidade de modificação. Isso significa que conscientizar é importante afim de que futuramente tal problemática não tenha profunda manifestação no meio social em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam; Rua, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. Brasília: Pitágoras, 2003.
- ABRAMOVAY, Miriam (coord). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. 2 ed. Brasília, 2010.
- _____. *Debate: violência, mediação e convivência na escola*. Boletim 23. Ministério da Educação, 2005.
- _____. etal. *Conversando sobre violência e convivência nas escolas*. Rio de Janeiro: FLACSO – Brasil, OEI, MEC, 2012.
- APARECIDA, Rosana; REBELO, Argento. *Indisciplina escolar: causas e sujeitos*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- AQUINO, Júlio Groppa (org). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. 16ª ed. Summus editorial. São Paulo, 2008.
- ARENT, Hannah. *A condição humana*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- ARRUDA, Jalusa Silva. *Defesa e responsabilização: nossa prática PAIR – Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro*, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Editora: Memória e Sociedade, 1989.
- CASIMIRO, Dimas. *A violência na escola: Recanto das Letras*, 2008. Disponível em: [HTTP://recantodasletras.uol.com.br/discursos/](http://recantodasletras.uol.com.br/discursos/). Acesso em: Abril, 2012.
- DIAS, Salete Marques; BROSSO, Eliane Porto. *Dialogando sobre a violência doméstica: não compactuar é o caminho*. Revista Direcional Escolas. 12 ed. Janeiro, 2006.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Brasília, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 edª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional 9393/96*. Brasília< DF: Gráfico do Senado Federal, 1996.
- MARCELOS, Viviane Avelino. *A violência escolar*. Disponível em: www.artigonal.com/educação-artigos/violencia-escolar. Acesso em abril, 2016.
- ODALIA, Nildo. *O que é violência*. 6ª ed. Editora Brasiliense, 1983.
- KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. *Violências nas escolas: a mediação do professor*. Disponível em: <http://tvbrasil.com.br/salto/boletins2005>. Acesso em Abril, 2016

SILVA, Ana Beatriz. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Sociologia para o ensino médio*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. *A Disciplina Participativa na Escola: um desafio a todos os brasileiros*. In: D ANTOLA, Arlette (org). *Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo*. São Paulo: EPU, 1989.